

UMA ARQUEOLOGIA PÚBLICA PARA O SUL-SUDOESTE MINEIRO

UNA ARQUEOLOGÍA PÚBLICA PARA EL SUR-SUROESTE DE MINAS GERAIS

Solange Nunes de Oliveira Schiavetto¹
Paulo Araújo de Almeida²

Resumo: O artigo traz subsídios para se pensar uma Arqueologia Pública na região sul-sudoeste de Minas Gerais. Argumenta que há um descompasso entre a quantidade de investigações arqueológicas e o acesso do público tanto ao material arqueológico escavado como ao conhecimento dele advindo. Descreve um breve panorama das pesquisas arqueológicas já conhecidas pelo público acadêmico, indica iniciativas importantes da macrorregião em estudo. Apresenta resultados parciais de um projeto acadêmico em andamento, que busca criar um banco de dados sobre as pesquisas e os vestígios encontrados. Finaliza apontando como caminho viável para uma Arqueologia pública a valorização de estudos e documentação científica e de saberes não acadêmicos de cidadãos comuns.

Palavras-Chave: Arqueologia pública, Sul-sudoeste mineiro, Patrimônio arqueológico de Minas Gerais.

Resumen: Este artículo brinda apoyo para pensar la Arqueología Pública en la región sur-suroeste de Minas Gerais. Sostiene que existe un desajuste entre la cantidad de investigaciones arqueológicas y el acceso público tanto al material arqueológico excavado como al conocimiento que de él se deriva. Describe un breve panorama de las investigaciones arqueológicas ya conocidas por el público académico e indica iniciativas de la macrorregión en estudio. Presenta resultados parciales de un proyecto académico en curso, que busca crear una base de datos sobre investigaciones y rastros encontrados. Concluye señalando, como camino viable para una Arqueología Pública, la valoración de estudios y documentación científica, así como de saberes no académicos de los ciudadanos comunes.

Palabras clave: Arqueología pública, Sur-suroeste de Minas Gerais, Patrimonio arqueológico de Minas Gerais.

Introdução

A Arqueologia é a ciência que lida com a produção material humana do passado, procurando compreender, a partir de tais vestígios, o que pensavam e como viviam as culturas pretéritas (Funari, 2003). As pesquisas arqueológicas auxiliam na evidenciação de visões outras do passado, comumente negligenciadas em estudos históricos oficiais, quase sempre baseados em fontes escritas. Dentre as possibilidades de se pesquisar tais passados excluídos, podemos citar a história dos povos indígenas que, a despeito de fazerem parte da formação cultural brasileira, são colocados à margem das histórias locais. Tais narrativas são contadas e recontadas por documentos oficiais e pela cultura

¹ Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Poços de Caldas). Arqueóloga, doutora em História Cultural, IFCH/Unicamp. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo Edital PQ/UEMG – Edital 10/2022. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2080-8280>.

² Arqueólogo, mestre em Arqueologia, MAE/USP. Colaborador do MAHCA – Museu Arqueológico, Histórico, Cultural e Ambiental. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5453-529X>.

material de museus que ressaltam a importância e o triunfo das elites, em detrimento de realizações das camadas populares e de grupos etnicamente diferenciados, mantidos à margem da história oficial (Funari, 2001, 2005). Como ressalta Funari, “... para o povo há (...) um sentimento de alienação, como se sua própria cultura não fosse, de modo algum, relevante ou digna de atenção” (Funari, 2001, p. 03).

Na atualidade, no que toca aos temas populares, a Arqueologia e os estudiosos de patrimônio têm se conscientizado da lacuna existente em suas ações e procuram trazer à tona tais passados alternativos. Nesse sentido, as investigações da Arqueologia regional disponibilizam informações e alavancam discussões a partir de pesquisas baseadas em evidências materiais, visuais e orais de tais passados. Formas de torná-los públicos à comunidade também têm despertado o interesse dos estudiosos, que percebem a inevitabilidade de um contato mais íntimo com públicos leigos (Funari et al., 2005). Tais pesquisadores reconhecem o poder dos discursos científicos tradicionais proferidos e suas consequências na vida cotidiana. Torna-se urgente — e é papel do pesquisador — evidenciar o que até então era visto como pouco importante. Descentralizar os discursos e publicizar os resultados alcançados, como forma de promover uma ciência mais próxima da história e do cotidiano das pessoas em geral.

A propositura de uma Arqueologia Pública (Carvalho; Funari, 2009; Schiavetto et al., 2021), como defendem muitos estudiosos do patrimônio arqueológico, abre possibilidades para conceber a construção de um conhecimento sobre o passado baseado em fontes diversas: escritas, oficiais e não oficiais, materiais e orais. Neste artigo, por considerarmos que as vias de pesquisa do passado são distintas e inesgotáveis, centraremos foco na possibilidade de construção de uma arqueologia pública com base no conhecimento das produções escritas sobre os sítios arqueológicos da região sul-sudoeste de Minas Gerais: artigos científicos, teses e dissertações. Como salientado, é de suma importância a sistematização dos conteúdos ali apresentados que, por contingências diversas, não são suficientemente difundidos. Assim, a elaboração de um banco de dados sobre o passado do sul-sudoeste de Minas Gerais servirá para consultas futuras de arqueólogos, historiadores e interessados na região, tanto quanto à composição de um painel que vincule de forma mais concreta os povos formadores às histórias das cidades, dos estados e do país.

Muito se tem discutido na Arqueologia brasileira sobre certo descompasso entre pesquisas com material arqueológico, que geram classificações e nomenclaturas próprias, e relatos históricos e etnográficos, com definições de agrupamentos humanos por meio de afiliações linguísticas. Embora questões étnicas não sejam foco deste trabalho — já

realizadas em trabalhos anteriores (Schiavetto, 2003; Funari et al., 2005b) —, não há como fugir a críticas que consideram a Arqueologia um ofício voltado exclusivamente para pesquisas de campo e para análises assépticas do material arqueológico. Os pesquisadores que se envolvem com o estudo das culturas materiais do passado precisam ter em mente que não podem prescindir de outras fontes, como os relatos de cronistas e viajantes, ou os estudos etnográficos, pois, se assim o fizerem, continuarão correndo o risco de construir narrativas sobre o passado que não correspondem às sociedades historicamente conhecidas. Sabemos que tais discussões étnicas são salutares para a Arqueologia brasileira, e têm sido realizadas em diversos contextos, sobretudo na Arqueologia recente que estuda o contato cultural em contextos históricos.

Neste contexto de discussões atuais sobre a construção das identidades do passado, podemos tecer breves considerações sobre o papel que a Arqueologia Pública tem desempenhado nos mais diversos âmbitos de estudos sobre a cultura material. Em primeiro lugar, é importante situar as discussões da Arqueologia Pública no Brasil dentro das vertentes pós-processuais (Hora; Porto, 2020), que promovem rupturas com formas tradicionais de se compreender a ciência e o trabalho do cientista perante a sociedade. Este movimento advém de uma percepção autocrítica de que a Arqueologia, enquanto ciência social, não pode se compreender como um saber pautado em uma única forma de conhecimento. Ela se constrói internamente e é construída por uma multiplicidade de olhares que combinam métodos de análise, visões e percepções de dentro e fora do conhecimento estritamente científico.

Em segundo lugar, desta nova concepção de Arqueologia surge a possibilidade de aproximação de formas de conhecimento vistas tradicionalmente como separadas. A tradição científica relegou a um segundo plano outros saberes, aqueles construídos e passados de geração para geração por outras vias que não o método científico. Levar em consideração esses saberes na construção do conhecimento é uma forma de admitir múltiplos sentidos a tudo o que existe e que pode ser estudado pelo arqueólogo. Esta é a base de uma educação patrimonial afinada ao propósito de tornar vivo e significativo o conhecimento sobre os tempos pretéritos.

No entanto, este propósito não se restringe à ciência. Embora há décadas tenha se falado bastante em pesquisas arqueológicas com viés público, pesquisadores como Fredheim (2020), levando em consideração discussões atuais sobre as relações entre Arqueologia e público, traz elementos importantes a serem aqui considerados. O autor defende que precisamos ter olhos críticos à Arqueologia que conta com a participação do público, e isto geralmente não é levado em consideração. Há uma adoção simplista da

crença na inerente ética de uma Arqueologia aberta, como se o simples fato de ser pública a tornasse positiva.

Além disso, defende que os arqueólogos precisam compreender o que querem dizer com *público*, a fim de evitar generalizações. Lança uma contribuição importante para uma autorreflexão dos arqueólogos, lembrando que as relações do cientista com o público não podem ser pautadas por teorias que compreendem os não cientistas como desprovidos de discursos sobre os vestígios materiais e seus contextos, encarando-os apenas como beneficiários de práticas colaborativas em pesquisas sobre o passado (Fredheim, 2020).

Sendo assim, podemos compreender que a Arqueologia Pública traz a possibilidade de haver transformações teóricas e metodológicas na prática do arqueólogo. Podemos percebê-las a partir de alguns pontos de inflexão:

- I. Com o advento da Arqueologia Pública, esta ciência vive um momento de autocrítica e de preocupação com as relações existentes entre ciência e poder. A partir de novas parcerias, inclusive com o público diretamente afetado pelas pesquisas arqueológicas, há diversas leituras, narrativas e interpretações sobre o passado. Ainda, há a confirmação de que tais interpretações são importantes ferramentas de lutas políticas de grupos minoritários, pois apropriar-se de sua história e torná-la viva e relevante viabiliza ligar passado e presente de forma engajada, e não neutra como pretendiam certas vertentes arqueológicas tradicionalmente mais descriptivas. Esta nova concepção de ciência exige repensar as suas relações com a sociedade, trazendo discussões críticas sobre o papel do cientista e o lugar do conhecimento.

- II. Os movimentos que germinam da Arqueologia Pública também levam em consideração a relação desta área do conhecimento com outras áreas, como por exemplo, as teorias antropológicas que discutem conceitos como cultura, identidade e etnicidade. As concepções sobre as identidades do passado são redimensionadas com a contribuição de novas teorias que levam em consideração os processos de transformação pelos quais tais identidades passaram. Assim, analisar artefatos e contextos pretéritos torna-se atividade bastante complexa, na medida em que apreensões objetivistas sobre culturas e identidades acabam por representar explicações pouco satisfatórias, levando à formulação de macro categorias que não expressam necessariamente identidades étnicas. Isto culmina

na passagem de uma concepção de identidades monolíticas para uma concepção de construção e reconstrução das identidades étnicas e culturais em diferentes contextos.

- III. As relações entre a Arqueologia e a Educação tornam-se cada vez mais evidentes. Este novo olhar suscita práticas científicas que transcendem as muralhas acadêmicas e admitem a inevitabilidade de se fazer ciência com diversos públicos. Este caminho de uma educação patrimonial coletiva concebe os públicos como campos férteis para novas interpretações sobre os vestígios do passado e promove ressignificações no contexto presente. Assim, a figura do arqueólogo, muito mais do que um pesquisador, deve levar em consideração os diferentes públicos com os quais pode interagir e as diversas formas de comunicar/socializar conhecimento.

Pesquisas arqueológicas em Minas Gerais

A Arqueologia de Minas Gerais já é bem conhecida no cenário científico nacional e internacional. As pesquisas na região norte do Estado têm revelado há décadas um rico panorama em pinturas rupestres, alvo de investigações de pesquisadores ligados sobretudo à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), primeiramente sob comando do arqueólogo franco brasileiro André Prous (Horta, 2004, 2009; Prous, 1992; Prous et al., 1980; Ribeiro, 2006). Ainda, Minas Gerais destaca-se na Arqueologia pelas pesquisas em Lagoa Santa e pelos estudos do crânio de Luzia, cujas características biológicas e datação recuada têm feito os pesquisadores lançarem discussões mais polêmicas sobre o povoamento das Américas (Gloria et al., 2016; Neves et al., 2007; Neves; Atui, 2004). Como dito, tais temas levaram a Arqueologia mineira a ocupar lugar de destaque em pesquisas nacionais e internacionais. Embora outras regiões do Estado sejam igualmente alvo de investigações, o foco recai sobre o que podemos chamar de ponta do *iceberg* arqueológico, ganhando destaque nas mídias, figurando em livros didáticos e revistas de divulgação científica.

Apesar de ser inegável a importância dos temas acima mencionados para o avanço do conhecimento científico, outras regiões mineiras são alvo de pesquisas arqueológicas desde os anos 70 do século passado, momento em que houve financiamento estrangeiro para a consolidação de um Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, o PRONAPA¹. A região da Zona da Mata Mineira, por exemplo, tem sido alvo de projetos

elaborados e realizados por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com sistematização e caracterização arqueológica da área, abordando sítios de contextos históricos e pré-históricos (Oliveira 2007, 2004). Tais resultados de pesquisa facilitam a propositura de investigações de novos temas na área geográfica em questão.

Em cartilha produzida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais sobre o patrimônio arqueológico mineiro são colocadas algumas regiões arqueológicas de destaque, como Ouro Preto e Diamantina, importantes para o contexto histórico, e outras regiões que foram alvo de pesquisas importantes para contextos históricos e pré-coloniais, como por exemplo o Triângulo Mineiro, a região de Lagoa Santa, Andrelândia e a região de Pains. O mesmo documento apresenta um mapa com importantes sítios arqueológicos conhecidos em dez municípios, dos quais dois estão na região sul-sudoeste de Minas Gerais — Andrelândia e Itapeva — e um está em área limítrofe à área dessa nossa pesquisa — Pains (Miranda, 2018).

É importante ressaltar que as informações sobre o passado mineiro, como em qualquer outra parte do país, vêm sendo acrescidas pela proliferação de pesquisas arqueológicas de contrato, cujos resultados engrossam a lista de portarias aprovando investigações nos quatro cantos do Estado, resultando em um número expressivo de relatórios de pesquisa e de sítios arqueológicos descobertos e, em alguns casos, pesquisados. As pesquisas arqueológicas acadêmica e empresarial acabam por se complementar, visto que, na maioria das vezes, as pesquisas de contrato não focam no aprofundamento das questões levantadas por novas descobertas. Desta forma, a complementaridade acaba por ser salutar para o conhecimento e proteção do patrimônio arqueológico mineiro.

Composta por 146 municípios, a mesorregião sul-sudoeste de Minas Gerais também apresenta sítios arqueológicos descobertos e escavados desde meados do século passado. Há trabalhos realizados na região que deram conta dos primeiros achados arqueológicos de sítios de populações caçadoras-coletoras e hortícolas (Dias 1971, 1974, 1975, 1976, Dias et al., 1976). De lá para cá, muitas pesquisas acadêmicas e de Arqueologia de contrato foram realizadas na região foco da pesquisa, cuja importância para o estudo do passado é atestada pelo número de sítios arqueológicos cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Porém, ao realizarmos buscas sobre tais pesquisas, houve a percepção da carência de trabalhos que busquem sistematizar os dados arqueológicos da região sul-sudoeste de Minas Gerais, o que dificulta um olhar claro para ocupações pretéritas da área em foco. As inúmeras informações existentes — presentes em livros, artigos, teses, dissertações, relatórios de

pesquisas acadêmicas e de contrato — revelam os ricos achados que constituem o patrimônio arqueológico sul mineiro. A presente proposta visa contribuir para uma sistematização bibliográfica dos vestígios encontrados e que evidenciam acontecimentos de tempos pretéritos pelas lentes dos estudos da cultura material.

Histórico da Arqueologia da Região Sul-Sudoeste de Minas Gerais desde o PRONAPA

Para pensar uma Arqueologia Pública para o sul-sudoeste de Minas Gerais precisamos considerar o modo como vem acontecendo os estudos arqueológicos na região desde os anos 1960 (PRONAPA) até o advento da Arqueologia de contrato. A partir do histórico e do modo das ações arqueológicas é que será possível vislumbrar uma maior aproximação das comunidades no movimento que acontece na região com o nome de Arqueologia. Percebe-se atualmente um interesse de grupos constituídos nos municípios do sul de Minas Gerais por conhecer e obter informações sobre os ditos povos formadores, com os quais buscam uma identidade que foi desestruturada pela história oficial. A questão é verificar em que medida a Arqueologia, justamente atrelada às legislações vigentes no país, tem conseguido ou não, efetivamente, essa aproximação com o público, senão ser produzida com a participação dos próprios cidadãos dos municípios onde se localizam vestígios e sítios arqueológicos.

Na região os vestígios arqueológicos recentemente identificados se apresentam principalmente em sítios cerâmicos pré-históricos e vestígios de grafismos rupestres em abrigos rochosos de altitudes. Também é preciso considerar as coleções de materiais líticos e peças cerâmicas integrando acervos de museus e em mãos de particulares, coleções nem sempre integrando análises em produções acadêmicas. Pinturas rupestres aparecem em abrigos rochosos em altos de montanhas segundo a configuração do relevo da Serra da Mantiqueira que conforma a maior parte da região. Vários vestígios de habitações subterrâneas foram identificados em Conceição dos Ouros, Cachoeira de Minas e Itajubá (Almeida, 2019). Tratam-se de estruturas circulares com diâmetro geralmente em torno de 10 a 20 metros localizadas em panópticos em altas vertentes conhecidas também como “buracos de bugres”, ou “muros circulares de terra”. Na região sul-sudoeste de Minas Gerais, muitas vezes tomada como área de expansão macro-jê a partir do planalto brasileiro, até hoje apenas um desses sítios arqueológicos, “buracos de bugres”, foi parcialmente escavado em Conceição dos Ouros em 2001 (Prous, 2001). Mesmo assim não temos registro oficial de nenhum sítio desse tipo na região em foco. É preciso ainda considerar, em Arqueologia histórica, o potencial de sítios de antigas

“catarias de ouro” existentes em vários municípios da região como Silvianópolis, São Gonçalo do Sapucaí, Campanha, São João da Mata, Espírito Santo do Dourado, e em menor escala, Careaçu, Pedralva e Estiva, todos vinculados ao período da mineração². Outros tipos de sítios históricos como fornos de barranco caboclos e vestígios de antigas estruturas arquitetônicas de fazendas de café do final do século XVIII e XIX estão presentes em vários municípios, mas ainda não mereceram a atenção da Arqueologia.

Certamente o problema está no foco atual da Arqueologia que privilegia as pesquisas pré-coloniais, sendo que o período do contato e convivência colonial geralmente não é levado em consideração. A Arqueologia na área foco da pesquisa tem deixado de lado a realidade de que grupos indígenas habitaram e conviveram na região com o colonizador e com os escravizados africanos até o início do século XIX. Na medida em que a Arqueologia Pública vier atender à demanda hoje existente nos municípios da região por pesquisar suas origens, identidade étnica e modos de vida, então se possa ampliar o enfoque das pesquisas aos povos que viveram nesses dois períodos — colonial e pré-colonial. Assim estaremos pensando a história da região como uma continuidade e não do modo como tem feito a historiografia oficial, como ruptura.

A Arqueologia não é recente no sul-sudoeste de Minas Gerais, porém ao observarmos antigos mapas que localizam sítios no Estado, notamos um vazio de anotações em relação a essa região, que faz divisa com o Estado de São Paulo. Talvez a ausência de universidades com departamentos e cursos de Arqueologia na região e os ainda parcos empreendimentos de larga escala para a Arqueologia de contrato tenham até agora limitado uma maior estruturação da Arqueologia e sua musealização, embora um número crescente de vestígios tenha sido localizado. Geralmente os trabalhos realizados integram pesquisas acadêmicas cujos resultados raramente chegam aos municípios e às populações envolvidas nas localidades. Materiais arqueológicos são muitas vezes levados para centros de pesquisas ou acondicionados em reservas técnicas localizadas em universidades em capitais, e nem a cultura material ou o conhecimento extraído dela retornam aos municípios de origem. Mesmo assim, a Arqueologia vem tornando possível reescrever a história da região sul-sudoeste de Minas Gerais, desmistificando a tradição da história oficial de que a região teria sido ocupada a partir do século XIX com as fazendas escravistas de café e que as vilas teriam nascido através da doação de patrimônios em terras de fazendeiros para a Igreja Católica a fim de construir capelas, depois praças e arruamentos.

Reafirmamos que existe hoje uma demanda das populações dos municípios da região em conhecer o seu passado antes da oficialização das vilas, povoados e pousos,

em lugares que já eram habitados anteriormente, segundo evidenciam hoje os achados arqueológicos. Mas a pesquisa científica ainda tem dado, na prática, pouca atenção às questões de identidade e conscientização das populações locais, restringindo-se a programas em educação patrimonial que se tornam mais exigências de projetos do que interesse dos profissionais arqueólogos envolvidos e comprometidos em compartilhar conhecimento com as comunidades locais. Considerando a demanda pelo conhecimento dos seus povos formadores, a Arqueologia Pública se torna fundamental enquanto instrumento para contribuir no processo de construção de uma identidade cultural regional. Para isso é necessário que o conhecimento científico, por vezes cifrado e técnico, seja traduzido sem ser reduzido, em publicações acessíveis para além do âmbito restrito das especialidades acadêmicas. Na verdade, a região sul-sudoeste de Minas Gerais pouco tem aparecido até mesmo nas produções acadêmicas, o que nos dá a impressão que ela faz parte de um conhecimento popular ainda adormecido.

Podemos classificar os estudos arqueológicos a partir dos vestígios localizados em: I) Aqueles sítios e materiais arqueológicos que foram encontrados, mas não foram registrados; II) Que foram apenas registrados, mas não foram estudados/escavados ou catalogados em museus; III) Que possuem relatórios técnicos ou que apenas foram citados em trabalhos acadêmicos; IV) Que foram registrados, escavados e publicados. Fora isso, para nós que vivemos na região e que recebemos de moradores locais constantes notícias de novos vestígios e sítios arqueológicos localizados em diferentes municípios, em sua maioria tais achados ficam ainda por merecer verificação. Uma pesquisa bibliográfica sobre a Arqueologia na região está sendo feita pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), cujos resultados parciais encontram-se no desenvolvimento deste artigo.

O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) teve vigência entre 1965 até 1970. Na região sul de Minas Gerais as pesquisas realizadas em contextos acadêmicos assinalam cerca de 30 sítios, em sua maioria cerâmicos a céu aberto (Panunzio, 2019). Panunzio aponta em sua tese de 2019 que na região sul e sudoeste de Minas Gerais poucos sítios com vestígios funerários foram encontrados através de trabalhos de contrato. Hoje sabemos que os sítios encontrados e conhecidos pelas populações locais são em número maior do que aqueles que são efetivamente registrados e que aparecem nas plataformas oficiais. Um exemplo disso são o total de quatro sítios de habitações subterrâneas que Panunzio aponta em seu trabalho (Panunzio, 2019). Sabemos que somente no município de Conceição dos Ouros e no vizinho Cachoeira de Minas, por exemplo, existem seis vestígios de habitações subterrâneas, sendo que apenas um deles foi escavado por André Prous em Conceição dos Ouros em 2001, mas não foi

registrado. Outros municípios da região sul-sudoeste de Minas Gerais foram visitados pelo PRONAPA e tem-se notícias de sítios que ainda não foram investigados posteriormente ao Programa. É o caso do Sítio Fazenda Belvedere em Santa Rita do Sapucaí, cujo Museu Municipal Delfim Moreira recebeu em 2023 material de uma arqueóloga local que acompanhou o trabalho do PRONAPA. Nos municípios de Tocos do Moji, Senador Amaral, Bom Repouso e Conceição dos Ouros, há informações de abrigos rochosos com grafismos rupestres que apesar de serem bem conhecidos pelas populações locais, nunca foram registrados e pesquisados. Itajubá também possui sítios de pinturas rupestres, e vestígios de habitações subterrâneas. Segundo o Projeto de Mapeamento e Cadastramento dos Sítios Arqueológicos do Município de Itajubá e Adjacências realizado em 2003 (Araújo; Trigo, 2003), esse patrimônio ficou ainda por ser pesquisado. No período da execução do projeto, pessoas no município de Itajubá começaram a divulgar a existência dos sítios arqueológicos, o que gerou visitas de depredação. Assim, o próprio IPHAN, na época, sugeriu que não se tornasse a publicar tal conhecimento, e até a atualidade, não se voltou a falar em Arqueologia em Itajubá, uma vez que as gestões municipais não tiveram recursos financeiros, ou interesse, em dar continuidade às pesquisas em campo.

Conceição dos Ouros vem construindo uma história em Arqueologia há 25 anos, desde o primeiro resgate de um conjunto funerário Tupiguarani com cerâmica e componentes ósseos. O Museu Arqueológico, Histórico, Cultural e Ambiental (MAHCA), criado a princípio para receber o material desse primeiro resgate, conta hoje com significativo acervo em Arqueologia, mas ainda luta por seu reconhecimento como instituição de guarda e pesquisa. Pesquisas foram realizadas no município pela UFMG (Prous, 2001) que escavou vestígios de habitação subterrânea, um forno de barranco da época cabocla e sítios cerâmicos, além de estudar materiais cerâmicos e líticos do acervo do MAHCA. No entanto, esses trabalhos de escavações feitos pela Academia e outros resgates arqueológicos, geralmente emergenciais, deixaram vácuos de informações que são imprescindíveis do ponto de vista dos interesses da comunidade e do museu local. A ausência de um enfoque em educação patrimonial, considerando a destruição inerente aos trabalhos de escavações, produziu apenas conhecimentos limitados, cifrados e eminentemente técnicos em relatórios inacessíveis para os moradores dos arredores dos sítios escavados no município³.

Sítios foram pesquisados sem o devido registro, achados de sepultamentos indígenas na área urbana sofreram salvamento, materiais foram coletados para datações que não foram efetivadas, e acervos de materiais acabaram perdendo-se nos “buracos

negros” das reservas técnicas universitárias, inacessíveis aos moradores comuns do município.

Deve-se considerar o trabalho que vem sendo feito pela Fundação Araporã no Sítio Arqueológico do Lico (Rodrigues, 2023). No final, trata-se de uma área hoje urbana de um antigo aldeamento Tupiguarani cujo processo litigioso de preservação conta com mais de 800 páginas, sendo que os trabalhos finais para liberação da área embargada pela justiça ainda estão a ser contratados pelo município. Parece que a visão pública e contextual em Arqueologia está ainda adstrita ao campo teórico e suas justificativas, sendo que a prática arqueológica na região não se coaduna com uma relação mais sistemática com as comunidades locais, que continuam alheias ao conhecimento garimpado pelos profissionais arqueólogos que passam por seus municípios direcionados por programas específicos e sempre alheios aos interesses locais e regional.

No sul de Minas Gerais, Andrelândia é um município referência em Arqueologia, principalmente no relativo a pinturas rupestres. Em 1994 foi criado o Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NPA), Organização Não Governamental (ONG) voltada para a pesquisa, preservação e divulgação do patrimônio arqueológico, que fundou o Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio. Com área aproximada de 12 hectares, e altitude em torno de 1000 a 1200 metros, o parque apresenta um grande paredão/abrigo rochoso com mais de 50 metros com pinturas rupestres atribuídas à tradição São Francisco e com elementos de representações astronômicas. Datações por carbono 14 em vestígios junto ao paredão apontam idade aproximada de 3.000 anos.

O parque conta com estrutura para visitação, vigilância, trilhas, além de projetos de preservação e reflorestamento ambiental. A área foi reconhecida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 2001 como Reserva Particular do Patrimônio Natural e Unidade de Conservação de uso sustentável voltada para pesquisa científica ao turismo e atividades educacionais. Além de sítios com grafismos rupestres, Andrelândia apresenta também sítios cerâmicos. Entre as publicações sobre a Arqueologia no município, destacam-se os trabalhos de Pereira (2007, 2013).

O município de Carmo do Rio Claro está localizado na região sudoeste do estado de Minas Gerais e é banhado pela represa de Furnas. O turismo cultural tem se desenvolvido na cidade a partir do Museu Arqueológico Antônio Adauto Leite, que possui um numeroso acervo de material indígena com mais de duas mil peças e fragmentos de utensílios encontrados em mais de 100 sítios arqueológicos localizados na região. O museu foi fundado em 2012 e reúne uma coleção sobre os indígenas que habitaram a

região. O museu foi instalado no centro da cidade a partir de entendimentos entre o Ministério Público e o colecionador Antônio Adauto Leite que doou o acervo para a Prefeitura Municipal. Estudos arqueológicos vêm acontecendo ao longo dos anos com base nas peças do museu e nos 17 sítios arqueológicos localizados na região. Vários desses sítios estão localizados principalmente em encostas que descem para a Represa de Furnas e apresentam fragmentos cerâmicos da tradição tupi-guarani.

O trabalho de Guimarães e Freitas (2022) em Varginha, apresenta em seu Mapa da Localização das Fontes na área compreendida pela bacia hidrográfica do rio Verde, os municípios de Pedralva, Conceição do Rio Verde e São Tomé das Letras com sítios de pinturas rupestres e Elói Mendes, Varginha, Três Pontas, Carmo da Cachoeira, Três Corações e Itamonte com sítios cerâmicos. Itapeva, por exemplo, que teve seu Sítio Pascoal, cerâmico, registrado por Ondemar Dias em 1969 (PRONAPA), teve outros três sítios registrados em 1997 (Sítio do Itapeva, cerâmico), 1998 (Sítio da Ponte de Zinco, cerâmico e Sítio Pessegueiro, cerâmico). No extremo sul de Minas aparecem outros municípios como Consolação, que apresenta registro de sítio de pedra lascada (CNSA MG01047) e um sítio denominado Sítio do Caçador (CNSA MG01048), cerâmico associado a montículos de Terra. Paraisópolis mostra o caso de um sítio cerâmico (CNSA MG01137) registrado por Zanettini (Zanettini, 2006).

Devemos considerar a conformação política dos municípios da região, geralmente numerosos e com pouca extensão, onde pessoas das comunidades locais conhecem vestígios arqueológicos que ainda estão por ser registrados e estudados. Por outro lado, os municípios da região pouco têm investido em pesquisas arqueológicas, como se a história quebrada apresentada pelos seus museus bastasse. A demanda popular pelo conhecimento dos povos formadores ainda não ascendeu aos programas oficiais das secretarias de cultura.

Unindo esforços rumo a uma Arqueologia Pública para o sul-sudoeste mineiro

No início dos anos 20 deste século, alguns arqueólogos com interesses afins retomaram a ideia de compreender o panorama das pesquisas arqueológicas da região sul-sudoeste mineira. O grupo, formado por arqueólogos e historiadores ligados ou não a instituições de pesquisa, tinha ciência das diversas pesquisas já realizadas na região, mas comungavam de uma percepção sobre este panorama: embora a região já tenha sido alvo de diversas pesquisas arqueológicas, como vimos no histórico esboçado acima, há ausência de sistematização dos dados. Sabemos que a Arqueologia da região já foi levada

em consideração, inclusive por haver sido citada em diversas pesquisas acadêmicas e empresariais. Por este motivo, foram elaborados dois projetos de pesquisa que buscam dar início à sistematização das informações, a fim de criar bancos de dados que os pesquisadores possam recorrer ao iniciar uma pesquisa em quaisquer dos municípios do sul-sudoeste mineiro.

O que apresentamos aqui são dados parciais de uma das pesquisas, iniciada em 2023, e que terá continuidade nos próximos anos. O projeto intitula-se *A presença Indígena no sul-sudoeste de Minas Gerais evidenciada por estudos arqueológicos*. Neste estudo, temos como intuito saber se é possível traçar um panorama da ocupação indígena pré-colonial por meio de uma sistematização das pesquisas arqueológicas realizadas e publicadas. Em seu primeiro ano de desenvolvimento, o projeto propôs realizar pesquisa bibliográfica, buscando artigos científicos, teses e dissertações que abordassem pesquisas arqueológicas na região em questão.

Neste projeto, centramos o foco em pesquisas acadêmicas realizadas em Minas Gerais a partir do final dos anos 1960 (época da consolidação do PRONAPA) até os dias atuais, publicadas em periódicos científicos. Com relação às teses e dissertações, foram consultadas produções relativas às duas últimas décadas, realizadas em universidades da região sudeste com pós-graduação ou linha de pesquisa voltada para estudos arqueológicos. Para a visualização do panorama cultural sul-sudoeste mineiro em uma época pré-colonial, foi crucial centrar foco nas discussões já consolidadas na Arqueologia brasileira, desde ao menos a “era pronapiana”, com ênfase nas tradições arqueológicas, em especial de grupos ceramistas. Assim, embora não acreditemos que seja possível a correlação direta de identidades étnicas do passado com a cultura material produzida pelos grupos pretéritos, na Arqueologia brasileira é inevitável partir das já conhecidas fases e tradições arqueológicas, mesmo sabendo de sua inoperância em realidades empíricas.

Em uma busca inicial, constatamos que as principais revistas de Arqueologia, ou as de temas afins que abordam pesquisas arqueológicas, encontram-se indexadas nas plataformas Scientific Electronic Library Online (SciELO), no Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da CAPES, o que acreditamos viabilizaria a utilização dessas três plataformas para a procura inicial por trabalhos sobre a Arqueologia sul-sudoeste mineira.

As revistas científicas encontradas nessa busca inicial foram a Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira, indexada no Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES, a Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, indexada nas mesmas plataformas, a Revista de Arqueologia Pública, da Unicamp,

indexada no Google Acadêmico, o Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, indexado no Scielo, a Revista do Laboratório de Antropologia e Arqueologia da UFPEL — LEPAARQ, indexada no Portal de Periódicos da CAPES. Ainda, podemos citar a Revista Clio Arqueológica — UFPE, indexada no Google Acadêmico e a Revista Vestígios — Revista Latino Americana de Arqueologia e História — UFMG, indexada no Portal de Periódicos da CAPES e no Google Acadêmico. Tais revistas são mencionadas no contexto deste artigo a título de exemplo de periódicos que foram avaliados pelo Sistema Qualis da CAPES e constam na Plataforma Sucupira com avaliações A1, A2, B1 e B2, referente ao quadriênio 2013-2016.

Os descritores que utilizamos para a busca refletem a diversidade de temas que podem ser abordados a partir das metodologias que pesquisam a cultura material. No entanto, constituem-se em palavras-chave que levam em consideração a especificidade da pesquisa, visto que descritores muito genéricos poderiam resultar na perda de informações importantes. Colocamos aqui alguns descritores que foram utilizados, lembrando que alguns foram colocados de forma retroativa para apurar a pesquisa (Carvalho, 2019). São eles: Arqueologia Minas Gerais, Indígenas Minas Gerais, Caçadores Coletores Minas Gerais, Horticultores Minas Gerais, Agricultores Minas Gerais, Ceramistas Minas Gerais, Sítios Arqueológicos Minas Gerais, Patrimônio Arqueológico Minas Gerais, Sítios pré-coloniais Minas Gerais. Tínhamos ciência que a busca poderia evidenciar os trabalhos do Estado todo e, para proceder ao afunilamento, buscaríamos realizar a leitura do resumo do artigo a fim de decidir se o mesmo deveria compor o banco de dados sobre a Arqueologia da região sul-sudoeste de Minas Gerais.

Para a busca por artigos científicos elaboramos uma planilha no *excel*, a fim de registrar as principais informações: título do artigo, ano, vínculo institucional da revista/periódico, autor(a), palavras-chave, periódico — revista, plataforma encontrada, cidade de realização da pesquisa, pesquisa acadêmica ou de contrato, resumo da obra, link de acesso, referência.

Em um segundo momento, procedemos a uma busca bibliográfica sobre o tema da presente proposta em teses e dissertações de programas de pós-graduação stricto sensu em Arqueologia ou com área de concentração em Arqueologia. Esse conteúdo seria inicialmente pesquisado de forma sistemática em algumas bases de dados disponíveis na internet, como o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. No entanto, os acervos digitais de bibliotecas universitárias se mostraram mais eficientes na busca. Optamos inicialmente por realizar buscas em bibliotecas de universidades com programas de pós-graduação stricto-sensu em Arqueologia, ou com área de concentração em Arqueologia

como, por exemplo, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, o Banco de Teses e Dissertações da Unicamp e o Repositório Institucional da UFMG de Teses e Dissertações. Os descritores que utilizamos para a busca foram os mesmos utilizados para os artigos científicos, levando em consideração as especificidades de cada plataforma utilizada.

Para a busca por teses e dissertações elaboramos uma planilha no *excel*, a fim de registrar as principais informações: Título, ano de defesa, grau (tipo de trabalho — tese ou dissertação), vínculo institucional, autor(a), orientador(a), resumo e link de acesso. Os resultados das pesquisas em artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado serão expostos a seguir:

Como já dissemos, o objetivo inicial era realizar a busca por artigos nos bancos de dados selecionados para a presente etapa do projeto — Scielo, Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico. No entanto, ao procedermos ao início da pesquisa em uma das bases de dados, o Google Acadêmico, percebemos que não encontrariam tantos artigos, levando-nos a questionar se o método de busca que escolhemos (diretamente nos bancos de dados mencionados) seria o método mais eficiente para realizar a busca bibliográfica. Assim, optamos pela busca nos *sites* de alguns periódicos já mencionados, encontrando resultados nos que seguem: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi — Ciências Humanas, Revista de Arqueologia Pública, Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, TARAIRIÚ — Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB, Revista ENTRE-LUGAR, Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Revista Espinhaço.

Ao visitarmos o *site* desses periódicos constatamos que todos oferecem a possibilidade de busca pelos números das revistas, o que facilitou a nossa pesquisa. A sistemática da busca foi acessar número por número da revista, e pesquisar no sumário dos números, os títulos dos artigos. Os que mencionavam a Arqueologia de Minas Gerais foram pesquisados mais a fundo, na leitura de seus resumos, no corpo do texto e na bibliografia, a fim de averiguarmos se a Arqueologia da região sul-sudoeste de Minas Gerais estava contemplada como área de pesquisa.

A pesquisa foi realizada neste primeiro momento em oito periódicos e foram encontrados 10 artigos que abordam de forma exclusiva ou não a Arqueologia da região sul-sudoeste de Minas Gerais, dos quais oito abordam o período pré-colonial, como foco de pesquisa. Os periódicos pesquisados são das regiões Norte (02), Centro-Oeste (01), Sudeste (03), Sul (01) e Nordeste (01) do país. Apesar do número reduzido de artigos encontrados sobre o tema da pesquisa, pudemos observar que as pesquisas realizadas em

solo mineiro têm grande destaque nas revistas consultadas, embora sejam regiões mineiras diversas da região foco de nossa investigação. Esta constatação vem ao encontro de nossas percepções iniciais, de que embora a região sul-sudoeste já tenha sido bastante pesquisada há pouca socialização dos conhecimentos produzidos. As demais regiões mineiras abordadas em artigos das revistas pesquisadas são: região de Lagoa Santa, Zona da Mata Mineira, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Norte de Minas e região do alto São Francisco.

Neste primeiro momento da pesquisa também realizamos a busca por teses e dissertações em bibliotecas digitais de universidades da região sudeste com pós-graduação em Arqueologia ou área de concentração em Arqueologia. As bibliotecas acadêmicas pesquisadas foram a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, o Banco de Teses e Dissertações da Unicamp e o Repositório Institucional da UFMG de Teses e Dissertações. A sistemática da busca foi acessar o site das universidades, buscando na biblioteca digital os programas de Pós-Graduação de Arqueologia ou áreas afins. Outra possibilidade que surtiu um bom resultado foi buscar por assunto: Arqueologia. Os que mencionavam a Arqueologia de forma geral foram pesquisados mais a fundo, na leitura de seus resumos, no corpo do texto e na bibliografia, a fim de averiguarmos se a Arqueologia da região sul-sudoeste de Minas Gerais estava contemplada como área de pesquisa.

A pesquisa foi realizada até o momento em duas bibliotecas digitais de universidades da região sudeste, a saber: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP e Repositório Institucional da UFMG de Teses e Dissertações. Iniciamos a pesquisa pela Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. Havia a possibilidade de realizar a busca pelos seguintes filtros: Por Unidade, por área do conhecimento (Arqueologia), por teses e por dissertações. A busca por área do conhecimento (Arqueologia), nos pareceu ser mais interessante, visto que trabalhos desta área podem estar em diversas Unidades da instituição em questão. Assim, a busca pela área do conhecimento revelou 12 trabalhos realizados na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e 348 trabalhos no Museu de Arqueologia e Etnologia. Revelou, ainda, um trabalho de livre-docência em Geoarqueologia. O resultado na USP contou com seis trabalhos entre teses e dissertações. Todos os trabalhos estão relacionados a sítios arqueológicos pré-coloniais encontrados na região sul-sudoeste de Minas Gerais.

Demos continuidade às pesquisas por teses e dissertações no Repositório Institucional da UFMG de Teses e Dissertações. Optamos por realizar as buscas inicialmente nas bibliotecas de teses e dissertações da USP e da UFMG por serem

instituições que se encontram na região sudeste. Além disso, as duas instituições possuem programas de pós-graduação em Arqueologia e Antropologia, com pesquisadores reconhecidos nacional e internacionalmente. A busca poderia ser realizada por programa de pós-graduação ou por assunto. Escolhemos iniciar a busca por assunto — Arqueologia. O número total de teses e/ou dissertações encontradas que se referem à temática da pesquisa foi de dois, sendo apenas uma delas sobre Arqueologia pré-colonial, e a outra, sobre Arqueologia do século XIX no município de Campanha, sul de Minas Gerais. Após a busca por assunto, procedemos a busca por Programa: I) Programa de Pós-Graduação em Antropologia (total de 74 teses e/ou dissertações) e Programa de Pós-Graduação em História (total de 148 teses e/ou dissertações). O resultado para esta busca foi negativo, permanecendo apenas os dois trabalhos citados acima.

Quadro 1 – Artigos que mencionam aspectos da Arqueologia da região sul-sudoeste de Minas Gerais

Artigo	Ano de Publicação	Revista/Periódico
Panorama de sítios arqueológicos pré-coloniais em Minas Gerais: mapeamento em Sistema de Informação Geográfica e métricas básicas.	2022	Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi
Paisagem e suas interfaces em pesquisas sobre arte rupestre: Um estudo de caso em Serra Negra, alto vale do Araçuaí, Minas Gerais, Brasil.	2021	Revista de Arqueologia / Sociedade de Arqueologia Brasileira
Projeto cultura e educação: uma nova proposta museológica regional na dimensão do museu histórico e geográfico de Poços de Caldas MG.	2015	Revista Arqueologia Pública / Universidade Estadual de Campinas
Projeto arqueologia e educação: um olhar para o passado da região de Poços de Caldas.	2013	Revista Arqueologia Pública / Universidade Estadual de Campinas
A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil.	2007	Revista de Arqueologia / Sociedade de Arqueologia Brasileira

Uma habitação semi-subterrânea em Minas Gerais, dados arqueológicos	1978	Arquivos do Museu de História Natural Belo Horizonte – Universidade Federal de Minas Gerais
Notas sobre um sítio arqueológico deslocado: as pinturas rupestres São-Franciscanas de Andrelândia, sul de Minas Gerais.	2013	TARAIRIÚ – Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da Universidade do Estado da Paraíba
Geossistemas vigentes e geossistemas ancestrais em Andrelândia, sul de Minas Gerais: aproximações metodológicas entre a abordagem geossistêmica e a arqueologia da paisagem.	2022	ENTRE-LUGAR / Universidade Federal da Grande Dourados
Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas.	1969	Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi
Aspectos do Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico no Brasil.	2013	Revista Espinhaço / Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri

Fonte: Os autores.

Quadro 2 – Teses e dissertações que abordam ou mencionam aspectos da Arqueologia da região Sul-sudoeste de Minas Gerais

Teses e Dissertações	Ano de Publicação	Local e tipo de produção
Arqueologia em Conceição dos Ouros-MG: pré-história e história, identidade, museu e espacialidade.	2004	Tese de Doutorado Universidade de São Paulo
O sítio arqueológico Cerâmica Preta: estudo das técnicas e da cadeia operatória da cerâmica queimada em ambiente redutivo dos povos pré-coloniais praticantes da tradição cerâmica Aratu-Sapucaí	2017	Tese de Doutorado Universidade de São Paulo
Arqueologia regional da província cárstica do Alto São Francisco: um estudo das tradições ceramistas Una e Sapucaí.	2006	Tese de Doutorado Universidade de São Paulo
Um quebra-cabeça de peças faltando: primeiros apontamentos para compreender onde estão (e onde não estão) os sítios funerários de Minas Gerais	2019	Tese de Doutorado Universidade de São Paulo

Estudo das lâminas de pedra polidas do Brasil: diversidades regionais e culturais.	2013	Tese de Doutorado Universidade de São Paulo
O Material Lítico Polido do Interior de Minas Gerais e São Paulo: entre a matéria e a cultura.	2008	Tese de Doutorado Universidade de São Paulo
O que a arquitetura mascara? uma arqueologia da compartimentação, da vigilância e dos aspectos de concessão e restrição à circulação no Solar dos Ferreiras, Campanha/MG.	2023	Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Minas Gerais
Gestando potes e pessoas: a cerâmica como processo de aprendizagem do sensível e concreto.	2021	Tese de Doutorado Universidade Federal de Minas Gerais
O gerenciamento do patrimônio arqueológico no estado de Minas Gerais utilizando-se sistema de informações espaciais (SIG).	2010	Dissertação de Mestrado Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Belo Horizonte

Fonte: Os autores.

Dos artigos que constam na planilha que foi elaborada, pudemos encontrar cinco categorias temáticas que abordam direta ou indiretamente os vestígios arqueológicos da região sul-sudoeste de Minas Gerais: I) Há trabalhos com análises mais amplas, e que também abrangem a região da pesquisa, com estudo de sítios arqueológicos pré-coloniais georreferenciados e suas relações com elementos da paisagem, utilizando o Sistema de Informação Geográfica (SIG) (Hissa; Isnardis, 2022), trabalhos sobre o Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (GPA), com ênfase para a abordagem do Patrimônio de Minas Gerais (Delforge, 2013); II) Artigos que não abordam especificamente os vestígios arqueológicos da área da pesquisa, mas elementos diretamente ligados a eles, como por exemplo, a Tradição Planalto de sítios arqueológicos do Vale do Araçuaí, também encontrada na região sul de Minas Gerais (Fagundes et.al., 2021). Há abordagem da Tradição Itararé-Taquara que, embora não seja encontrada em Minas Gerais, o autor faz menção aos sítios ceramistas pesquisados pelo PRONAPA no sul de Minas Gerais (Araújo, 2007); III) Há artigos que mencionam atividades educativas e museológicas em Minas Gerais, sobretudo região de Poços de Caldas (Schiavetto; Gilaverte; Andrade, 2013, Moreira; Gessoni; Sanches, 2015); IV) Artigos mais clássicos, que representam os primeiros movimentos em busca da compreensão do passado pré-colonial de Minas Gerais (Dias et.al., 1969) e que abordam sítios arqueológicos específicos da região sul de Minas Gerais (Dias; Carvalho, 1978); V) Artigos que abordam os bem conhecidos sítios arqueológicos de pintura rupestre da região de Andrelândia (Neto; Ferreira, 2022, Pereira, 2013).

Das teses e dissertações que constam na planilha que foi elaborada, pudemos encontrar duas categorias temáticas que abordam direta ou indiretamente os vestígios arqueológicos da região sul-sudoeste de Minas Gerais: I) Trabalhos que falam especificamente sobre os vestígios arqueológico da região da pesquisa, abordando aspectos da Arqueologia em Conceição do Ouro (Almeida, 2004) e abordagem sobre um sítio arqueológico da Tradição Aratu-Sapucaí no extremo sul de Minas Gerais (Delforge, 2017); II) Trabalhos que não abordam especificamente ou exclusivamente a Arqueologia da área pesquisada, mas traz elementos para pensá-la, seja abordando tradições arqueológicas em regiões circunvizinhas, como as tradições Una e Sapucaí no alto São Francisco (Henriques Júnior, 2006), realizando estudos sobre sítios funerários em Minas Gerais (Panunzio, 2019), ao abordar lâminas de pedra polida em todo o território brasileiro (Souza, 2013), ao estudar material lítico polido do interior de Minas Gerais (Souza 2008), ao levar em consideração o estudo da produção da cerâmica e aspectos simbólicos (Sá, 2021) e o gerenciamento do patrimônio arqueológico de Minas Gerais (Delforge, 2010).

O projeto de pesquisa tem como proposta de continuidade a atualização de dados, e também sua confrontação com as informações orais não documentadas em trabalhos científicos. Ademais, a proposta visa realizar a triangulação dos dados bibliográficos com as informações que constam no IPHAN sobre pesquisas arqueológicas realizadas, em andamento e sítios encontrados. Até o momento o confronto dos dados oriundos de fontes orais informais, das fontes bibliográficas e de pesquisas que estamos iniciando na base de dados do IPHAN evidencia um descompasso entre pesquisas científicas realizadas e publicações que apontam os resultados ao grande público ou até mesmo aos pares. Um dos motivos para este descompasso é, sem dúvida, a ideia de que uma investigação científica caminha muitas vezes a passos lentos, dado o rigor necessário à realização de suas diversas etapas até torná-la pública.

Outro motivo mais atrelado às discussões que permeiam este artigo está relacionado ao grande número de pesquisas arqueológicas realizadas desde o advento da Arqueologia de contrato no Brasil. Tais pesquisas geraram uma grande quantidade de acervos que se encontram nas instituições que dão suporte às pesquisas arqueológicas. Segundo o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos — CNIGP do IPHAN —, atualizado em 2024, há 22 instituições no território mineiro aptas à salvaguarda de material oriundo de pesquisas arqueológicas no Estado. Vinte dessas instituições estão aptas em processo de fiscalização ou com algum

condicionante, como é o caso do MAHCA, em Conceição dos Ouros (apta com condicionante: viabilização de espaço)⁴.

Assim, as instituições mantêm em suas reservas técnicas coleções e mais coleções arqueológicas retiradas de sítios que se encontram bem documentados em relatórios enviados ao IPHAN e que podem ser base para o aprofundamento do conhecimento científico e a sua posterior divulgação. No entanto, diversos questionamentos podem ser feitos quanto à efetividade das pesquisas realizadas visto que, em muitos casos, o ciclo da pesquisa arqueológica não é concluído, por pelo menos dois motivos: I) Muitos acervos provenientes de pesquisas arqueológicas permanecem nas reservas técnicas espalhadas pelo território brasileiro e não são alvo de pesquisas mais aprofundadas pelo simples fato de que há mais material do que pesquisadores disponíveis para produzir conhecimento sobre os contextos arqueológicos alvo das coletas; II) Se o acervo retirado dos sítios arqueológicos não permanece na região de origem, muito das percepções das pessoas sobre o material e os contextos do passado pode se perder. Embora seja verdade que muitas pesquisas levam em consideração os discursos não científicos sobre os sítios arqueológicos, na maioria das vezes esses discursos são úteis somente no momento das atividades de campo, para localização e registro dos vestígios. Neste momento, pode haver uma cisão entre os saberes produzidos sobre aquele material — o científico e o não científico. Juntos, eles poderiam produzir narrativas bem mais ricas sobre o passado.

Conclusão

As leituras realizadas para a elaboração do presente artigo apresentam um quadro complexo da Arqueologia da mesorregião sul-sudoeste de Minas Gerais. Seguindo a tendência de outras importantes regiões do Estado, o sul de Minas, como é genericamente denominada a área da pesquisa, é composto por um rico patrimônio arqueológico que figura tanto nas informações orais como nas informações ditas oficiais, estas trazidas à tona pelas pesquisas arqueológicas acadêmicas e empresariais. É inegável que os trabalhos realizados na era pronapiana, alguns mencionados neste artigo (Dias 1971, 1974, 1975, 1976, Dias et al., 1976), alavancaram a princípio o conhecimento sobre o passado da região. Esses trabalhos produziram dados e acervos que alimentaram pesquisas acadêmicas por muitas décadas e ainda são revisitados por pesquisadores que lançam as mais variadas questões sobre os povos do passado.

No entanto, com a intensificação das investigações proporcionada pela Arqueologia de contrato e o consequente aumento dos acervos em instituições de

salvaguarda, tornou-se mais complexo compreender o panorama das ocupações pretéritas sem uma sistematização dos dados hoje acumulados. Tais dados sobre trabalhos já realizados que constam nas bases do IPHAN, a princípio de grande utilidade aos pesquisadores, podem ser utilizados para se pensar em uma sistematização das informações regionais que venham a ser acessíveis para as comunidades que vivem na região. Mesmo levando em conta que esses dados brutos vêm constituindo valiosas informações aos pesquisadores na condução de suas investigações, seus resultados podem ser transcritos em saberes que dialoguem mais facilmente com o público, uma vez que este seja chamado a participar de todas as etapas do trabalho arqueológico.

Assim entendemos a Arqueologia Pública, tanto no referente à participação de pessoas da comunidade nas etapas do trabalho arqueológico desde a pesquisa histórica ao campo, como na responsabilidade pela divulgação ampla e pública das informações e proposições da Arqueologia. Entendemos que a Arqueologia se torna pública e se completa, quando e somente se são expostas as possíveis reflexões sobre um passado que diz respeito à construção das identidades culturais. Atualmente na região sul-sudoeste de Minas Gerais, contamos com vários pesquisadores arqueólogos que comungam com a visão pública da Arqueologia, profissionais que tem buscado estabelecer uma rede de informações dentro de sua visão de ampliar o contato com as comunidades locais. Professores, instituições, museus, secretarias municipais de cultura e educação, ONGs, e mesmo o cidadão comum a princípio isolado, mas com interesse em conhecer os povos formadores da região, tem debatido novas formas de participação e acesso ao conhecimento antes restrito ao âmbito estritamente profissional e acadêmico do arqueólogo.

A Arqueologia se torna mais democrática quando trabalha junto ao conceito de pertencimento das populações como herdeiras das culturas pré-históricas e históricas identificadas e estudadas em seus trabalhos. Hoje identificamos que existe uma demanda por esse conhecimento em vários municípios da região sul-sudoeste de Minas Gerais. No entanto, apesar das contribuições da Arqueologia Pública, compreendemos que é necessário levar em consideração os obstáculos enfrentados para se reconhecer as dificuldades históricas das populações indígenas em buscar identificação com o passado pré-colonial. Assim, o trabalho do arqueólogo torna-se um desafio a ser pensado com profissionais de outras áreas na busca por uma sociedade não mais pautada pelos estereótipos e preconceitos que dificultam ou impossibilitam a valorização do patrimônio arqueológico, mesmo pelos grupos diretamente ligados às heranças culturais indígenas.

Buscamos nos trabalhos de educação patrimonial, ir além das exigências legais que muitas vezes se atem a levar conhecimento arqueológico aos locais numa postura de poder, o arqueólogo sabe e explica, e não construir esse conhecimento com aqueles que geralmente fornecem valiosas informações para as pesquisas arqueológicas. Na região, as histórias oficiais publicadas em sites pelos municípios se repetem na questão do mito do fundador, sendo que o passado anterior ao século XIX e o pré-colonial tem sido tratado apenas em nível de referência. Nas últimas décadas a Arqueologia amadureceu em volume de pesquisas sobre os grupos humanos do passado e hoje tem tornado possível repensar e reescrever conhecimentos, ampliar a noção de tempo e estabelecer consciência de pertencimento.

Percebemos já a abertura de um espaço acenando para novas pesquisas a partir da valorização do aspecto social da disciplina arqueológica, que está sendo chamada a atuar numa práxis de maior interatividade com as comunidades. Compreendê-las como produtoras de um conhecimento não formal, não metódico e, nem por isto, inválido, e não como meras beneficiárias dos resultados de pesquisas arqueológicas (Fredheim 2020) é o primeiro passo para a construção dialógica de saberes sobre o passado.

Referências

- ALMEIDA, Paulo A. de. *Arqueologia em Conceição dos Ouros-MG: histórico dos sítios*. Folheto, Museu do Índio, Conceição dos Ouros-MG, 2019.
- ARAÚJO, Astolfo G. de M. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 09-38, 2007.
- ARAÚJO, Astolfo G.M.; TRIGO, Alessandra C.M.C. *Projeto de Mapeamento e Cadastramento dos Sítios Arqueológicos do Município de Itajubá e Adjacências*, 2003.
- CARVALHO, Yuri M. Do velho ao novo: a revisão de literatura como método de fazer ciência. *Revista Thema*, 16 (4), p. 913-928, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1328>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- CARVALHO, Aline V.; FUNARI, Pedro. P. A. Arqueologia Pública: as relações entre a academia e a sociedade. *História e-História*, 1, 1-15, 2009.
- DELFORGE, Alexandre H. *O sítio arqueológico Cerâmica Preta: estudo das técnicas e da cadeia operatória da cerâmica queimada em ambiente redutivo dos povos pré-coloniais praticantes da tradição cerâmica Aratu-Sapucaí*. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- DELFORGE, Alexandre H. Aspectos do Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico no Brasil. *Revista Espinhaço*, 2013.

DIAS JR, Ondemar F. A evolução da cultura em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. *Anuário de Divulgação Científica*, Goiás, 3(4), 1976.

DIAS JR, Ondemar F. Pesquisas arqueológicas no Sudeste brasileiro. *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, 1, p. 1-31, 1975.

DIAS JR, Ondemar F. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas em Minas Gerais. PRONAPA, Resultados Preliminares do 5º ano, 1969-1970. Belém, *Publicações Avulsas do Museu Paranaense Emílio Goeldi*, 26, p. 105-116, 1974.

DIAS JR, Ondemar F. Breves notas a respeito das pesquisas no sul de Minas Gerais. Resultados preliminares do quarto ano de pesquisas: PRONAPA 4: 1968-1969. *Publicações Avulsas do Museu Emílio Goeldi*, 15, p. 133-148, 1971.

DIAS JR, Ondemar F. Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, nº 12, 1969.

DIAS JR, Ondemar F.; CARVALHO, Eliana. Uma habitação semi-subterrânea em Minas Gerais, dados arqueológicos. In Reunião de Arqueologia, a margem do Colóquio franco-brasileiro. *Arquivos do Museu de História Natural Belo Horizonte*, v. 3, p. 239-259, 1978.

DIAS JR, Ondemar F.; CARVALHO, Eliana; CHEUICHE, Lilia. Pesquisas arqueológicas em Minas Gerais (Brasil): O PROPEVALE (Programa de Pesquisas no Vale do São Francisco). *Congresso Internacional dos Americanistas*, 42, Paris, Atas, 9(4), p. 13-34, 1976.

FAGUNDES, Marcelo; GRECO, Wellington; BANDEIRA, Arkley; ARCURI SUÑER, Marcia. Paisagem e suas interfaces em pesquisas sobre arte rupestre: Um estudo de caso em Serra Negra, alto vale do Araçuaí, Minas Gerais, Brasil. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 74-103, 2021.

FREDHEIM, L. H. Decoupling ‘Open’ and ‘Ethical’ Archaeologies: Rethinking Deficits and Expertise for Ethical Public Participation in Archaeology and Heritage. *Norwegian Archaeological Review*, 53(1), p. 5-22, 2020. <https://doi.org/10.1080/00293652.2020.1738540>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FUNARI, Pedro P.A. *Arqueologia*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro P.A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, 41, p. 23-32, 2001 <https://ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/9750>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FUNARI, Pedro P.A. Mixed features of archaeological theory in Brazil. In: Ucko, Peter (Org.) *Theory in Archaeology: a world perspective*. Routledge, p. 252-266, 2005.

FUNARI, Pedro P.A.; OLIVEIRA, Nanci. V.; TAMANINI, Elisabete. Arqueologia para o público leigo no Brasil: três experiências. Funari, P.P.A.; Orser Jr, C., Schiavetto, S.N.O. (Org.). *Identidades, discurso e poder: estudos de Arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 105-116.

FUNARI, Pedro P.A.; ORSER Jr, Charles.; SCHIAVETTO, Solange N.O. (Org.). *Identidades, discurso e poder: estudos da Arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2005b.

GLORIA, Pedro; NEVES, Walter A.; HUBBE, Mark. História das pesquisas em Lagoa Santa, Minas Gerais: ossos humanos e patrimônio arqueológico. *IV Seminário de Preservação do Patrimônio Arqueológico*. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins. p. 433-443, 2016.

GUIMARÃES, Gustavo U.; FREITAS, Otávio A.P. *Cataguá nas Catanduvas*. Ocupação humana e história indígena do município de Varginha, MG. Gráfica Castelo, 2022.

HENRIQUES JUNIOR, Gilmar P. *Arqueologia regional da província cárstica do Alto São Francisco: um estudo das tradições ceramistas Una e Sapucaí*. 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2006.

HISSA, Sarah de B. V.; ISNARDIS, Andrei. Panorama de sítios arqueológicos pré-coloniais em Minas Gerais: mapeamento em Sistema de Informação Geográfica e métricas básicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 17, n. 3, p. e20210103, 2022.

HORA, Juliana F. D.; PORTO, Wagner C. Patrimônio cultural, Arqueologia pública e educação patrimonial: multivocalidade e interdisciplinaridade. *Veredas. Revista Interdisciplinar de Humanidades*, 3(6), p. 141-156, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unisa.br/index.php/veredas/article/view/57>. Acesso em: 20 nov. 2025.

HORTA, Andrei I. Entre as Pedras As ocupações pré-históricas recentes e os grafismos rupestres da região de Diamantina, Minas Gerais. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Suplemento*, p. 5-194, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmaesupl/article/view/113527/111482>. Acesso em: 20 nov. 2025.

HORTA, Andrei I. *Lapa, parede, painel*: distribuição geográfica das unidades estilísticas de grafismos rupestres do vale do rio Peruaçu e suas relações diacrônicas (Alto-Médio São Francisco, Norte de Minas Gerais). Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001375430>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MIRANDA, Marcos P. S. *Preservando a história e a cultura mineira*: um olhar sobre o patrimônio arqueológico de Minas Gerais. Diamantina, Ministério Público de Minas Gerais, 2018. Disponível em: https://www.mpmg.mp.br/data/files/9D/C1/4A/1C/8C44A7109CEB34A7760849A8/Carilha%20Patrimonio%20Cultural_issue.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

MOREIRA, Daniel F.; GESSONI, Haroldo P.; SANCHES, Sônia M. Projeto cultura e educação: uma nova proposta museológica regional na dimensão do museu histórico e geográfico de Poços de Caldas-MG. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 3, n. 1[3], p. 65-80, 2015.

NETO, Roberto M.; FERREIRA, Ana B. B. Geossistemas vigentes e geossistemas ancestrais em Andrelândia, sul de Minas Gerais: aproximações metodológicas entre a

abordagem geossistêmica e a arqueologia da paisagem. *ENTRE-LUGAR*, v. 13, n. 25, p. 190-216, 2022.

NEVES, Walter A.; ATUI, João P. V. O mito da homogeneidade biológica na população paleoíndia de Lagoa Santa: implicações antropológicas. *Revista de Antropologia*, 47, p. 159-205, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/8zMQq5qjcWn78V4Kt94MCzL/#>. Acesso em: 20 nov. 2025.

NEVES, Walter A.; BERNARDO, Danilo. V.; OKUMURA, Maria M. M. A origem do homem americano vista a partir da América do Sul: uma ou duas migrações?. *Revista de Antropologia*, 50, p. 9-44. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27256/29028>. Acesso em: 20 nov. 2025.

OLIVEIRA, Ana P. L. (Org.). *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar, 2007.

OLIVEIRA, Ana P. L. (Org.). *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira*. São João Nepomuceno. Juiz de Fora: Editar, 2004.

PANUNZIO, Renato S. *Um quebra-cabeça de peças faltando: primeiros apontamentos para compreender onde estão (e onde não estão) os sítios funerários de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-29082021-192354/pt-br.php>. Acesso em: 20 nov. 2025.

PEREIRA, Márcio M. Notas sobre um sítio arqueológico deslocado: as pinturas rupestres São-Franciscanas de Andrelândia, sul de Minas Gerais. *Tarairiú – Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB*, 1, 26-39, 2013. Disponível em: https://npa.org.br/doc/notas_sitio_arqueologico.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

PEREIRA, Márcio M. *Filiação das pinturas rupestres do sítio arqueológico da Toca do Índio – Andrelândia, Minas Gerais*. Monografia de Conclusão de Curso História. Universidade Federal de São João Del Rei. 57pp., 2007. https://www.npa.org.br/doc/filiacao_pinturas_rupestres.pdf

PROUS, André. *Relatório Técnico Prévio sobre a Estadia em Conceição dos Ouros-MG*. Arquivos do MAHCA, novembro/dezembro de 2001.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora UnB, 1992.

PROUS, André.; LANNA, A. L. D.; PAULA, Fabiano L. Estilística e cronologia na arte rupestre de Minas Gerais. *Pesquisas-Série Antropologia*, 31, 121-146, 1980.

RIBEIRO, Loredana M. R. *Os significados da similaridade e do contraste entre os estilos de arte rupestre: um estudo regional das pinturas e gravuras do alto-médio São Francisco*. 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-11082006-111750/en.php>. Acesso em: 20 nov. 2025.

RODRIGUES, Robson A. *Relatório Final do Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial no Contexto do Sítio Arqueológico do Lico, município de Conceição dos Ouros-MG*. MAHCA, 2023.

SCHIAVETTO, Solange N. O. *A Arqueologia guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. Editora Annablume, 2003.

SCHIAVETTO, Solange N. O.; BERNARDES, Adonias S.; CARVALHO, Thaís R. Paulo Freire e arqueologia: uma experiência da abordagem da diversidade cultural em contextos escolares. *Revista Arqueologia Pública*, 16(2), 23-40, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rap.v16i2.8666234>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SCHIAVETTO, Solange N. O.; GILAVERTE, Ana P.; ANDRADE, Diego S. de. Projeto arqueologia e educação: um olhar para o passado da região de Poços de Caldas. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 7, n. 1[7], p. 138-152, 2013.

SOUZA, Gustavo N. *Estudo das lâminas de pedra polidas do Brasil: diversidades regionais e culturais*. 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUZA, Gustavo N. *O Material Lítico Polido do Interior de Minas Gerais e São Paulo: entre a matéria e a cultura*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ZANETTINI, Paulo. *Relatório de Vistoria Técnica Não Interventiva do Sistema Bragantina – Linhas de Transmissão Itajubá 3 – Paraisópolis e Cambuí 2 – Paraisópolis (Tensão 138 kV)*, São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2006.

Artigo recebido em 26/09/2024

Aceito para publicação em 03/11/2025

Editor(a) responsável: Rhaira Silva

¹ Programa de pesquisas arqueológicas criado na década de 60 do século passado, com o intuito de promover uma padronização técnica e metodológica na Arqueologia brasileira. Foi idealizado por Betty Meggers e Clifford Evans, do Smithsonian Institution, EUA. Embora tenha sido um programa que impulsionou a Arqueologia acadêmica no Brasil, trabalhos posteriores ressaltaram a atuação do PRONAPA em um momento político conturbado no Brasil, a Ditadura Militar, valorizando as questões metodológicas em Arqueologia, deixando de lado questões que poderiam suscitar um olhar crítico para a formação do povo brasileiro (Funari, 1996, 1999, 2005; Schiavetto, 2003).

² Para mais informações sobre tais sítios, ver o documentário Visita às Catarias de Ouro em Silvianópolis, realizado por Paulo Araújo Almeida, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=wRP0u990-xA&t=6s>. Acesso em: 20 nov. 2025.

³ Mais informações sobre o histórico da Arqueologia em Conceição dos Ouros podem ser vistas em documentário recentemente lançado em: <https://www.youtube.com/watch?v=RsFJYjC5-BU&t=18s>. Acesso em: 20 nov. 2025.

⁴ Fonte: <https://www.gov.br/iphant/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/instituicoes-de-guarda-e-pesquisa>. Acesso em: 20 nov. 2025.